

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# PROCESSO PENAL

6ª edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Luciana Felix, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza*Analistas Editoriais:* André Furtado de Oliveira e Karolina de Albuquerque Araújo*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena*Produção Editorial**Coordenação***IVIE A. M. LOUREIRO GOMES***Líder Técnica de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama e Thais Rodrigues Sampaio*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Maria Cecília Andreo*Estagiários:* Angélica Andrade, Beatriz Brandão Belo Bicker, Miriam da Costa Leite, Nicolas Eugênio Almeida Bueno e Sthefany Moreira Barros*Capa:* Chrisley Figueiredo*Adaptação de Capa:* Brenno Stolagli Teixeira*Controle de qualidade da diagramação:* Carla Lemos*Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro*Administrativo e Produção Gráfica**Coordenação***MAURICIO ALVES MONTE***Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Rafael da Costa Brito**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**


---

Badaró, Gustavo Henrique  
 Processo penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 6. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia.  
 ISBN 978-85-549-4737-8

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

18-14179

CDU-343.1

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Processo penal : Direito penal 343.1

## Sumário

Agradecimentos.....	11
Apresentação .....	13
Nota do Autor à Sexta Edição.....	15
Nota do Autor à Quinta Edição .....	17
Nota do Autor à Quarta Edição .....	19
Nota do Autor à Terceira Edição.....	21

### Capítulo 1

#### Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais .....	41
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais .....	41
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	46
1.4. Garantia do juiz natural .....	51
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa .....	58
1.6. Garantia da igualdade de partes .....	63
1.7. Garantia do estado de inocência .....	64
1.8. Garantia da motivação .....	69
1.9. Garantia da publicidade.....	75
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição .....	78
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	82
1.12. Garantia do devido processo legal.....	92
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais .....	93
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	101
1.14.1. Características .....	101
1.14.2. A essência do processo penal acusatório .....	102
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz .....	103

### Capítulo 2

#### Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	107
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	108
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos .....	111
2.1.2.1. Normas sobre procedimento .....	111
2.1.2.2. Normas sobre prova .....	112
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	113
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade .....	116
2.2. A lei processual penal no espaço .....	117
2.3. Interpretação da lei processual penal .....	120

### Capítulo 3

#### Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1. Noções gerais.....	125
-------------------------	-----

**24** PROCESSO PENAL

3.2.	Inquérito policial: finalidade .....	126
3.3.	Inquéritos extrapoliciais .....	127
3.4.	Natureza jurídica e características .....	128
3.5.	Dispensabilidade do inquérito .....	132
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial .....	132
3.7.	Início do inquérito policial .....	135
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies .....	139
3.9.	Diligências .....	140
3.10.	Identificação criminal .....	144
3.11.	Indiciamento .....	148
3.12.	Incomunicabilidade do preso .....	149
3.13.	Término do inquérito policial .....	150
3.14.	Arquivamento do inquérito policial .....	152
3.15.	Vícios do inquérito policial .....	155
3.16.	Valor probatório .....	156
3.17.	Investigação pelo Ministério Público .....	158
3.18.	Investigação pela defesa .....	160

**Capítulo 4**  
**Ação penal**

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação .....	165
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação .....	165
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação .....	166
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação .....	166
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman .....	167
4.2.	Condições da ação penal .....	168
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido .....	169
4.2.2.	Interesse de agir .....	171
4.2.3.	Legitimidade de partes .....	173
4.2.4.	Justa causa para a ação penal .....	175
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito .....	181
4.3.	Classificação da ação penal .....	188
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada .....	188
4.3.2.	Crítério subjetivo de classificação .....	190
4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal .....	191
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal .....	193
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal .....	194
4.4.	Ação penal pública incondicionada .....	194
4.4.1.	Noções gerais .....	194
4.4.2.	Princípios .....	194
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido .....	195
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	198
4.7.	Ação penal de iniciativa privada .....	199
4.7.1.	Princípios .....	199
4.7.2.	Queixa .....	200
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal .....	202
4.8.1.	Decadência .....	202
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa .....	202
4.8.3.	Perdão do ofendido .....	203
4.8.4.	Perempção .....	204

4.9.	Denúncia ou queixa.....	206
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa .....	206
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	206
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	208
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	209
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	210
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	210
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	211

## Capítulo 5 Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais.....	215
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização.....	215
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i> .....	216
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	218
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	220
5.6.	Rescisão do julgado penal.....	221
5.7.	Efeitos civis da absolvição penal .....	222
5.7.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude .....	225
5.7.1.1.	Legítima defesa .....	225
5.7.1.2.	Estado de necessidade.....	225
5.7.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal.....	226
5.7.1.4.	Exercício regular de direito .....	227
5.8.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	227

## Capítulo 6 Competência

6.1.	Noções gerais.....	231
6.2.	Concretização da competência .....	233
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento .....	236
6.4.	Critérios de distribuição de competência.....	238
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração .....	242
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	246
6.4.3.	Competência pela prevenção.....	249
6.4.4.	Competência pela natureza da infração .....	250
6.4.5.	Competência pela distribuição .....	252
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função.....	254
6.5.	Prorrogação da competência.....	258
6.5.1.	Noções preliminares.....	258
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies .....	260
6.5.3.	Conexão .....	262
6.5.4.	Continência.....	266
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência .....	266
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevaiente .....	269
6.5.7.	Desaforamento .....	275
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos.....	275
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	276

## Capítulo 7

### Sujeitos processuais

7.1.	Juiz .....	283
	7.1.1. Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	283
	7.1.1.1. Hipóteses de impedimentos .....	284
	7.1.1.2. Hipóteses de incompatibilidades.....	288
	7.1.1.3. Procedimento.....	289
	7.1.1.4. Efeitos.....	289
	7.1.2. Suspeição do juiz .....	290
	7.1.2.1. Hipóteses de suspeição.....	290
	7.1.2.2. Abstenção do juiz.....	292
	7.1.2.3. Atos do juiz suspeito.....	292
	7.1.2.4. Suspeição dos jurados.....	292
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	293
7.3.	Ministério Público .....	294
	7.3.1. Natureza jurídica.....	294
	7.3.2. Parte interessada ou “parte imparcial” .....	294
	7.3.3. Princípios do Ministério Público .....	296
	7.3.4. Impedimentos do Ministério Público .....	298
7.4.	Autoridade policial .....	299
7.5.	Acusado.....	299
	7.5.1. Questões terminológicas .....	299
	7.5.2. Pessoa jurídica.....	300
	7.5.3. A autodefesa do acusado.....	300
	7.5.4. Revelia do acusado .....	301
7.6.	Defensor .....	301
	7.6.1. Defesa técnica.....	301
	7.6.2. Finalidade da defesa .....	302
	7.6.3. Aspectos terminológicos .....	302
	7.6.4. Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	302
	7.6.5. Momento inicial da defesa técnica .....	303
7.7.	Curador .....	304
	7.7.1. Finalidade .....	304
7.8.	Assistente de acusação .....	305
	7.8.1. Finalidade .....	306
	7.8.2. Cabimento.....	307
	7.8.3. Momento.....	308
	7.8.4. Legitimados.....	308
	7.8.5. Poderes do assistente.....	311
	7.8.6. O assistente e a testemunha .....	312

## Capítulo 8

### Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes .....	319
8.2.	Questões prejudiciais.....	320
	8.2.1. Noções gerais.....	320
	8.2.2. Classificações .....	321
	8.2.3. Questões prejudiciais sobre estado das pessoas .....	323
	8.2.4. Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas .....	325
	8.2.5. Legitimados.....	327

8.2.6.	Momento de arguição .....	327
8.2.7.	Recurso .....	328
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade .....	328
8.3.1.	Exceção de suspeição .....	329
8.3.1.1.	Abstenção do juiz .....	329
8.3.1.2.	Legitimados .....	329
8.3.1.3.	Momento da arguição .....	330
8.3.1.4.	Procedimento .....	331
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados .....	333
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público ....	333
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça .....	334
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial .....	334
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades .....	334
8.3.2.1.	Procedimento .....	335
8.4.	Da exceção de incompetência .....	335
8.4.1.	Hipóteses de incompetência .....	336
8.4.2.	Abstenção do juiz .....	336
8.4.3.	Legitimados .....	337
8.4.4.	Momento da arguição .....	337
8.4.5.	Procedimento .....	338
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada .....	339
8.5.1.	Distinção .....	339
8.5.2.	Legitimados .....	341
8.5.3.	Momento de arguição .....	341
8.5.4.	Procedimento .....	342
8.5.5.	Recurso .....	342
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte .....	343
8.6.1.	Cabimento .....	343
8.6.2.	Legitimados .....	344
8.6.3.	Momento de arguição .....	344
8.6.4.	Procedimento .....	344
8.6.5.	Recurso .....	345
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas .....	346
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas .....	346
8.7.2.	Legitimados .....	347
8.7.3.	Momento .....	348
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida .....	348
8.7.5.	Requisitos .....	348
8.7.6.	Procedimento .....	350
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas .....	352
8.7.8.	Natureza jurídica .....	352
8.8.	Incidente de falsidade documental .....	353
8.8.1.	Cabimento .....	354
8.8.2.	Legitimados .....	356
8.8.3.	Momento .....	356
8.8.4.	Procedimento .....	357
8.9.	Incidente de insanidade mental .....	358
8.9.1.	Cabimento .....	359
8.9.2.	Legitimados .....	359

**28** PROCESSO PENAL

8.9.3.	Momento .....	360
8.9.4.	Procedimento .....	360
8.9.5.	Resultado do laudo .....	362

**Capítulo 9**  
**Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual .....	367
9.2.	Citação.....	367
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação.....	367
9.2.2.	Citação por mandado .....	368
9.2.3.	Citação por edital .....	374
9.2.4.	Citação com hora certa .....	377
9.2.5.	Citação e revelia.....	378
9.2.6.	Vícios da citação .....	380
9.3.	Intimação.....	380

**Capítulo 10**  
**Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova .....	385
10.1.1.	Noções preliminares .....	385
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade .....	386
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova.....	389
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova.....	391
10.1.4.1.	Meios de prova .....	392
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova .....	393
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala .....	394
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	396
10.1.7.	Prova emprestada .....	399
10.1.8.	Objeto da prova .....	403
10.1.9.	Momentos probatórios .....	404
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas.....	406
10.1.11.	Provas ilícitas.....	409
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções .....	409
10.1.11.2.	Uma nova proposta de conceituação das provas ilícitas.....	411
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação .....	416
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	418
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova.....	422
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial.....	425
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidas em contraditório: corroboração .....	426
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis .....	428
10.1.14.	Crítérios de decisão: o problema dos standards probatórios .....	432
10.1.15.	Ônus da prova .....	435
10.1.15.1.	Noções gerais .....	435
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies .....	436
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime .....	437
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias.....	443
10.2.1.	Conceito.....	443



10.2.2.	Características .....	443
10.2.3.	Classificações .....	443
10.2.4.	Perito .....	443
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito .....	444
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto .....	446
10.2.7.	Procedimento probatório .....	448
10.2.8.	Valor probatório .....	450
10.3.	Interrogatório .....	450
10.3.1.	Natureza jurídica .....	450
10.3.2.	Características .....	452
10.3.3.	Local do interrogatório .....	453
10.3.4.	Procedimento e conteúdo .....	454
10.3.5.	Valor probatório .....	455
10.4.	Confissão .....	455
10.4.1.	Conceito e elementos .....	455
10.4.2.	Natureza jurídica .....	456
10.4.3.	Classificações .....	456
10.4.4.	Características .....	457
10.4.5.	Valor probatório .....	458
10.5.	Delação ou chamamento do corréu .....	458
10.5.1.	Conceito .....	458
10.5.2.	Natureza jurídica .....	459
10.5.3.	Requisitos .....	460
10.5.4.	Valor probatório .....	460
10.5.5.	Da colaboração premiada .....	461
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada .....	463
10.5.5.2.	A retratação da proposta de colaboração .....	464
10.5.5.3.	A homologação judicial do acordo .....	467
10.5.5.3.	A produção da prova nos processos com delação premiada .....	475
10.5.5.4.	O valor probatório da delação premiada .....	476
10.6.	Declarações do ofendido .....	480
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal .....	480
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas .....	480
10.6.3.	Natureza jurídica .....	481
10.6.4.	Procedimento probatório .....	481
10.6.5.	Valor probatório .....	482
10.7.	Prova testemunhal .....	483
10.7.1.	Conceito .....	483
10.7.2.	Características .....	483
10.7.3.	Classificações .....	484
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor .....	485
10.7.5.	Lugar do depoimento .....	486
10.7.6.	Procedimento probatório .....	487
10.7.7.	Contradita .....	490
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal .....	492
10.8.	Acareação .....	493
10.8.1.	Conceito e características .....	493
10.8.2.	Procedimento probatório .....	494
10.8.3.	Valor probatório .....	495
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa .....	496

**30** PROCESSO PENAL

10.9.1.	Conceito.....	496
10.9.2.	Procedimento.....	496
10.9.3.	Valor probatório.....	498
10.10.	Prova documental.....	500
10.10.1.	Conceito.....	500
10.10.2.	Características.....	500
10.10.3.	Espécies.....	501
10.10.4.	Documento eletrônico.....	501
10.10.5.	Procedimento probatório.....	502
10.10.6.	Valor probatório.....	503
10.11.	Indícios e presunções.....	505
10.11.1.	Conceito.....	505
10.11.2.	Raciocínio indiciário.....	505
10.11.3.	Valor probatório.....	506
10.11.4.	Indícios e presunções.....	506
10.11.5.	Espécies de presunções.....	507
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	508
10.11.7.	Presunções absolutas.....	509
10.12.	Busca e apreensão.....	510
10.12.1.	Busca domiciliar.....	511
10.12.2.	Busca pessoal.....	514
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão.....	516
10.13.	Interceptação telefônica.....	518
10.13.1.	Questões terminológicas.....	518
10.13.2.	Disciplina constitucional.....	521
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996.....	525
10.13.4.	Natureza jurídica da medida.....	526
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica.....	526
10.13.6.	Legitimados e momento.....	529
10.13.7.	Juiz e competência.....	530
10.13.8.	Procedimento probatório.....	532
10.13.9.	Valor probatório.....	538

**Capítulo 11****Sentença e coisa julgada**

11.1.	Sentença.....	545
11.1.1.	Conceito.....	545
11.1.2.	Classificação e denominações.....	546
11.1.3.	Requisitos da sentença.....	546
11.1.4.	Sentença absolutória.....	550
11.1.5.	Sentença condenatória.....	551
11.1.6.	Intimação da sentença.....	557
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	558
11.2.	Correlação entre acusação e sentença.....	560
11.2.1.	Noções gerais.....	560
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383).....	561
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	562
11.3.	Coisa julgada.....	569
11.3.1.	Noções gerais.....	569
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	570

11.3.3.	Coisa julgada material .....	571
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	572
11.3.4.1.	Problemas específicos .....	573
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	575
11.3.5.1.	Problemas específicos .....	576

## Capítulo 12

### Do processo

12.1.	Natureza do processo.....	581
12.2.	Objeto do processo penal.....	587
12.2.1.	A irrelevância da lide penal.....	587
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material.....	596
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal .....	600
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais .....	604

## Capítulo 13

### Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares .....	611
13.2.	Do procedimento comum ordinário .....	614
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa .....	614
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar.....	616
13.2.3.	Citação do acusado .....	617
13.2.4.	Resposta .....	617
13.2.5.	Absolvição sumária .....	622
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa .....	624
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	626
13.2.7.1.	Declarações do ofendido .....	626
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa .....	627
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos .....	631
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	631
13.2.7.5.	Interrogatório .....	632
13.2.7.6.	Diligências complementares .....	634
13.2.7.7.	Alegações finais.....	635
13.2.7.8.	Sentença .....	638
13.3.	Procedimento sumário.....	641
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário .....	642
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538) .....	642
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais .....	645
13.4.1.	Noções preliminares.....	645
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo .....	646
13.4.3.	Processo penal consensual.....	648
13.4.3.1.	Composição civil .....	648
13.4.3.2.	Representação do ofendido .....	649
13.4.3.3.	Transação penal.....	650
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo .....	656
13.4.4.	Procedimento .....	661
13.4.4.1.	Termo circunstanciado.....	662
13.4.4.2.	Audiência preliminar .....	663
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento .....	666

13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri .....	670
13.5.1.	Noções preliminares .....	670
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro .....	672
13.5.2.1.	Plenitude de defesa .....	672
13.5.2.2.	Sigilo das votações .....	673
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos .....	674
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida .....	675
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação .....	677
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa .....	678
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação .....	678
13.5.3.3.	Citação do acusado .....	678
13.5.3.4.	Resposta .....	679
13.5.3.5.	Réplica .....	679
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397 .....	680
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento .....	680
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido .....	681
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa ....	681
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhe- cimento de pessoas ou coisas .....	682
13.5.3.7.4.	Interrogatório .....	683
13.5.3.7.5.	Alegações finais .....	683
13.5.4.	Pronúncia .....	684
13.5.5.	Impronúncia .....	689
13.5.6.	Absolvição sumária .....	690
13.5.7.	Desclassificação .....	694
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares .....	696
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa .....	697
13.5.10.	Preparação do processo .....	698
13.5.11.	Desaforamento .....	698
13.5.12.	Aceleração do julgamento .....	703
13.5.13.	Ordem dos julgamentos .....	703
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri .....	704
13.5.15.	Formação e convocação do júri .....	708
13.5.16.	Do julgamento pelo júri .....	708
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas .....	708
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação .....	711
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos .....	712
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados ....	712
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas .....	715
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados .....	717
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas .....	717
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclareci- mentos dos peritos .....	718
13.5.16.9.	Leitura de peças .....	719
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado .....	722
13.5.16.11.	Uso de algemas .....	722
13.5.16.12.	Debates orais .....	724
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos .....	727
13.5.16.14.	Juntada de documentos .....	730
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados .....	732

13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença .....	732
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos .....	732
13.5.16.18.	Sala secreta .....	733
13.5.16.19.	Quesitos .....	733
13.5.16.20.	Votação dos quesitos .....	739
13.5.16.21.	Sentença .....	741
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença .....	743
13.5.16.23.	Leitura da sentença .....	746
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares .....	746
13.6.1.	Noções gerais .....	746
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial .....	747
13.6.3.	Ação penal subsidiária .....	748
13.6.4.	Sentença declaratória da falência .....	748
13.6.5.	Recebimento da denúncia .....	749
13.6.6.	Competência do juiz criminal .....	749
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos .....	750
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial .....	750
13.7.2.	Cabimento do procedimento .....	751
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função .....	752
13.7.4.	Denúncia .....	753
13.7.5.	Resposta escrita .....	754
13.7.6.	Recebimento da denúncia .....	756
13.7.7.	Rejeição da denúncia .....	757
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra .....	758
13.8.1.	Noções gerais .....	758
13.8.2.	Cabimento .....	760
13.8.3.	Audiência de reconciliação .....	760
13.8.4.	Exceção da verdade .....	763
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato .....	766
13.8.6.	Pedido de explicações .....	767
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial .....	769
13.9.1.	Noções gerais .....	769
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada .....	771
13.9.2.1.	O exame pericial .....	771
13.9.2.2.	Ação penal .....	775
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública .....	778
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial .....	781
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas .....	782
13.10.1.	Noções gerais .....	782
13.10.2.	Procedimento de drogas e as mudanças do CPP pela Lei 11.719/2008 .....	784
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes .....	785
13.10.4.	Inquérito policial .....	786
13.10.5.	Oferecimento da denúncia .....	788
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia .....	790
13.10.7.	Notificação .....	790
13.10.8.	Resposta .....	790
13.10.9.	Diligências .....	792
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação .....	792
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária .....	795
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento .....	795

**Capítulo 14**  
**Nulidade dos atos processuais**

14.1. Noções gerais.....	807
14.2. Atos inexistentes.....	809
14.3. Nulidades absolutas.....	813
14.4. Nulidades relativas.....	814
14.5. Princípios relativos às nulidades.....	814
14.5.1. Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	814
14.5.2. Princípio da causalidade.....	816
14.5.3. Princípio do interesse.....	817
14.6. Nulidades cominadas no CPP.....	818
14.7. Convalidação dos atos processuais.....	826
14.8. Meios para alegar as nulidades.....	829

**Capítulo 15**  
**Recursos**

15.1. Teoria geral dos recursos.....	833
15.1.1. Fundamento do direito ao recurso.....	833
15.1.2. Conceito e classificações.....	834
15.1.3. Princípios relativos aos recursos.....	835
15.1.3.1. Taxatividade.....	835
15.1.3.2. Unirrecorribilidade das decisões.....	836
15.1.3.3. Fungibilidade recursal.....	836
15.1.3.4. Dialecticidade.....	840
15.1.3.5. Disponibilidade.....	841
15.1.3.6. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	841
15.1.3.7. Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i> .....	842
15.1.4. Efeitos dos recursos.....	845
15.1.4.1. Efeito devolutivo.....	846
15.1.4.2. Efeito suspensivo.....	846
15.1.4.3. Efeito regressivo ou iterativo.....	849
15.1.4.4. Efeito extensivo.....	849
15.1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	850
15.1.5.1. Juízo de admissibilidade.....	850
15.1.5.2. Juízo de mérito.....	852
15.1.6. Requisitos de admissibilidade.....	853
15.1.6.1. Cabimento.....	854
15.1.6.2. Tempestividade.....	854
15.1.6.3. Regularidade formal.....	857
15.1.6.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	859
15.1.6.4.1. Fatos impeditivos.....	859
15.1.6.4.2. Fatos extintivos.....	862
15.1.6.5. Legitimidade.....	865
15.1.6.6. Interesse.....	868
15.2. Apelação.....	870
15.2.1. Noções gerais.....	870
15.2.2. Requisitos de admissibilidade.....	871
15.2.2.1. Cabimento – CPP, art. 593.....	871
15.2.2.2. Tempestividade.....	874
15.2.2.3. Regularidade formal.....	876

15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	877
15.2.2.5.	Legitimidade.....	878
15.2.2.6.	Interesse.....	879
15.2.3.	Procedimento.....	879
15.2.4.	Efeitos da apelação.....	880
<b>15.3.</b>	<b>Recurso em sentido estrito.....</b>	<b>881</b>
15.3.1.	Noções gerais.....	881
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	881
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581.....	881
15.3.2.2.	Tempestividade.....	888
15.3.2.3.	Regularidade formal.....	889
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	890
15.3.2.5.	Legitimidade.....	890
15.3.2.6.	Interesse.....	890
15.3.3.	Procedimento.....	891
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	891
15.4.	Embargos de declaração.....	892
15.4.1.	Noções gerais.....	892
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	894
15.4.2.1.	Cabimento.....	894
15.4.2.2.	Tempestividade.....	896
15.4.2.3.	Regularidade formal.....	897
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse.....	897
15.4.3.	Procedimento.....	897
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	898
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	900
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração.....	902
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades.....	903
15.5.1.	Noções gerais.....	903
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	904
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	904
15.5.2.2.	Tempestividade.....	905
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	907
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	907
15.5.3.	Procedimento.....	907
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes.....	908
15.6.	Carta testemunhável.....	910
15.6.1.	Noções gerais.....	910
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade.....	911
15.6.2.1.	Cabimento.....	911
15.6.2.2.	Tempestividade.....	912
15.6.2.3.	Legitimidade.....	912
15.6.3.	Procedimento.....	912
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	914
15.7.	Correição parcial.....	915
15.7.1.	Noções gerais.....	915
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	916
15.7.2.1.	Cabimento.....	916
15.7.2.2.	Tempestividade.....	919

15.7.2.3.	Legitimidade .....	919
15.7.3.	Procedimento .....	920
15.7.4.	Efeitos da correição parcial .....	921
15.8.	Recursos especial e extraordinário .....	921
15.8.1.	Noções gerais .....	921
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos .....	923
15.8.2.1.	Cabimento .....	923
15.8.2.1.1.	Questões comuns .....	923
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário .....	927
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial .....	935
15.8.2.2.	Tempestividade .....	937
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo .....	938
15.8.2.4.	Legitimidade .....	939
15.8.2.5.	Interesse .....	939
15.8.3.	Procedimento .....	940
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	942
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal .....	951
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário .....	955
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário .....	957
15.9.1.	Noções gerais .....	957
15.9.2.	O agravo no novo Código de Processo Civil .....	958
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade .....	958
15.9.3.1.	Cabimento .....	958
15.9.3.2.	Tempestividade .....	959
15.9.4.	Procedimento .....	959
15.9.5.	Efeitos do agravo .....	960
15.10.	Embargos de Divergência .....	961
15.10.1.	Noções gerais .....	961
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade .....	962
15.10.2.1.	Cabimento .....	962
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado .....	963
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma .....	964
15.10.2.2.	Tempestividade .....	965
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência .....	965
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo .....	967
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse .....	967
15.10.3.	Procedimento .....	969
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF .....	969
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ .....	969
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência .....	970
15.11.	Agravo em execução .....	972
15.11.1.	Noções gerais .....	972
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade .....	972
15.11.2.1.	Cabimento .....	972
15.11.2.2.	Tempestividade .....	972
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse .....	972
15.11.3.	Procedimento .....	973
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução .....	973



## Capítulo 16

### *Habeas corpus*

16.1.	Natureza jurídica .....	977
16.2.	Notícias históricas .....	977
16.3.	Tutela jurisdicional .....	978
16.4.	Condições da ação .....	979
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal .....	979
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade .....	980
16.4.3.	Legitimidade .....	984
16.4.3.1.	Legitimados ativos .....	984
16.4.3.2.	Legitimado passivo .....	986
16.5.	Pressupostos processuais .....	987
16.6.	Competência .....	990
16.7.	Procedimento .....	991
16.8.	Ônus da prova .....	994
16.9.	Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i> .....	996
16.9.1	Requisitos de admissibilidade .....	997
16.9.1.2	Cabimento .....	997
16.9.1.3	Legitimidade recursal .....	998
16.9.1.4.	Interesse recursal .....	1000
16.9.1.5	Ausência de fato impeditivo .....	1001
16.9.1.6	Tempestividade .....	1001
16.9.2	Procedimento .....	1001
16.9.3	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	1002

## Capítulo 17

### Revisão criminal

17.1.	Noções gerais .....	1005
17.2.	Condições da ação .....	1007
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei .....	1007
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação .....	1013
17.2.3.	Legitimidade .....	1014
17.3.	Pressupostos processuais .....	1015
17.4.	Procedimento .....	1016
17.5.	Ônus da prova .....	1018
17.6.	Efeitos da sentença absolutória .....	1018
17.7.	Coisa julgada .....	1019
17.8.	Indenização pelo erro judiciário .....	1020

## Capítulo 18

### Medidas cautelares

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal .....	1025
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares .....	1025
18.1.2.	Características das tutelas cautelares .....	1026
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética .....	1026
18.1.2.2.	Acessoriedade .....	1027
18.1.2.3.	Preventividade .....	1027
18.1.2.4.	Provisoriedade .....	1028
18.1.2.5.	Cognição sumária .....	1029

## 38 PROCESSO PENAL

	18.1.2.6.	Referibilidade.....	1031
	18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	1032
18.1.3.		Legalidade das medidas cautelares penais.....	1032
18.1.4.		Processo cautelar e medidas cautelares penais.....	1034
18.1.5.		Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal.....	1036
18.2.		Medidas cautelares pessoais.....	1039
18.2.1.		Características das medidas cautelares pessoais.....	1041
	18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1041
	18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada.....	1044
	18.2.1.3.	Contraditoriedade.....	1047
	18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva.....	1048
	18.2.1.5.	Cumulatividade.....	1049
18.2.2.		Prisão em flagrante.....	1049
	18.2.2.1.	Conceito e finalidade.....	1049
	18.2.2.2.	Classificação.....	1050
	18.2.2.3.	Situação de flagrante.....	1050
	18.2.2.4.	Situações especiais.....	1051
	18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito.....	1053
	18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade.....	1057
	18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial....	1057
18.2.3.		Prisão preventiva.....	1060
	18.2.3.1.	Momento para decretação.....	1060
	18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão.....	1061
	18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1062
	18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva....	1062
	18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva...	1063
	18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1065
	18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública.....	1065
	18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1069
	18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1070
	18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1071
	18.2.3.6.5.	A nova situação de <i>periculum libertatis</i> : o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão...	1073
	18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1074
	18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada.....	1077
	18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação.....	1078
	18.2.3.9.	Prisão domiciliar.....	1081
	18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva.....	1083
18.2.4.		Prisão temporária.....	1085
	18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento.....	1085
	18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1087
	18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária.....	1087
	18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária.....	1087
	18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1088
18.2.5.		Audiência de custódia.....	1089
	18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia.....	1089

18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH.....	1089
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz.....	1091
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH.....	1097
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância do direito do preso ser levado, sem demora, à presença do juiz.....	1098
18.2.5.6.	Da regulamentação da audiência de custódia pela Resolução n. 213/2015 do CNJ.....	1098
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão.....	1103
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva.....	1103
18.2.6.2.	Natureza: as novas medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?.....	1104
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1106
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade.....	1108
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão.....	1109
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?.....	1112
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1114
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo.....	1114
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	1115
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada.....	1117
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca.....	1119
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1121
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1122
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável.....	1128
18.2.6.7.8.	Fiança.....	1130
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis.....	1133
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade.....	1136
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança.....	1137
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança.....	1138
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança.....	1139
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda.....	1142
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica.....	1145
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país.....	1147
18.2.7.	Liberdade provisória.....	1148
18.2.7.1.	Noções gerais.....	1148
18.2.7.2.	Natureza jurídica.....	1149
18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória.....	1149
18.2.7.4.	Classificação.....	1151
18.2.7.5.	Momento.....	1151
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória.....	1151
18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude.....	1152
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”.....	1153
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1154
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais.....	1154
18.3.1.	Sequestro.....	1156

18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis.....	1156
18.3.1.1.1.	Objeto.....	1156
18.3.1.1.2.	Requisito.....	1157
18.3.1.1.3.	Legitimados.....	1157
18.3.1.1.4.	Momento.....	1158
18.3.1.1.5.	Finalidade.....	1158
18.3.1.1.6.	Levantamento.....	1159
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório.....	1160
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis.....	1161
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1161
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1168
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação.....	1170
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1172
18.3.2.1.	Objeto.....	1173
18.3.2.2.	Requisito.....	1173
18.3.2.3.	Legitimados.....	1173
18.3.2.4.	Momento.....	1174
18.3.2.5.	Procedimento.....	1175
18.3.2.6.	Finalidade.....	1176
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1177
18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1178
18.3.5.	Da alienação antecipada.....	1180
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1180
18.3.5.2.	Procedimento.....	1181
	Referências Bibliográficas.....	1189